

Adeus à crítica?: passado e presente da teoria e método na pesquisa em comunicação de massa

Farewell to critique?: past and present of theory and method in mass communication research

FRANCISCO RÜDIGER^a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – Brasil

RESUMO

A pesquisa crítica em comunicação de massa progrediu teórica e praticamente em várias áreas do conhecimento: economia política, estudos culturais, psicologia social analítica, história social, análise do discurso etc., a reboque do que se apresentou como uma nova forma de ciência social, a crítica, sob a influência da devida teorização e, assim, do marxismo cultural. O artigo reconstrói racionalmente aspectos centrais do desenvolvimento desta problemática, visando mostrar os impasses constitutivos que resultam da interferência de um tipo de teorização muito rígido e dogmático, de resto bem degradado atualmente, em programa de pesquisa científica que, acredita-se, ainda não teria esgotado seu potencial epistêmico e reflexivo.

Palavras-chave: Pesquisa em comunicação de massa, epistemologia, teoria crítica, metodologia da pesquisa em comunicação de massa, marxismo

ABSTRACT

Critical research in mass communication has progressed theoretical and practically in several areas of knowledge: political economy, cultural studies, analytical social psychology, social history, discourse analysis, etc., in the wake of what has been presented as a new form of science social, the critical, under the influence of cultural Marxism and, by this way, of the “critical theories”. This article rationally reconstructs central aspects of the development of this problematics, aiming to show the constitutive impasses that result from the interference of a very rigid and dogmatic theory, currently degraded, in a scientific research program that, it is believed, has not yet exhausted its epistemic and reflexive potential.

Keywords: Mass communication research, epistemology, critical theory, research methodology in mass communication, Marxism

^a Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq). Publicou mais recentemente “Epistemologia da Comunicação no Brasil” (Vitória: Milfontes, 2022). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1859-5394>. E-mail: frudiger33@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p73-99>

V.17 - Nº 3 set./dez. 2023 São Paulo - Brasil FRANCISCO RÜDIGER p. 73-99

MATRIZES

73



ORIGINÁRIOS DA ALEMANHA e dos Estados Unidos, os estudos de comunicação de massas se desenvolveram, no segundo país, com base na filosofia das ciências naturais, em premissas epistemológicas positivistas; respaldando-se no paradigma behaviorista e, assim, nos métodos e técnicas da pesquisa social empírica (DeFleur & DeFleur, 2022). Avançando os anos 1970, porém, aos poucos começou a se desenhar outra perspectiva. Mais ou menos por toda parte, a “*communication research*” se tornou, primeiro, objeto de reservas (Mattelart, 1970/1976; Nordenstreng, 1968) e, em seguida, de crescente oposição por parte de setores emergentes na academia (Martin-Barbero, 1978, p. 17-48; Beltrán, 1976/1985; Bisky, 1982; De la Haye & Miège, 1978; Gitlin, 1978; Golding & Murdock, 1978). Viram-se postas dentro da universidade, por certo timidamente, a disputa política e a contestação ideológica, a luta pela apropriação e controle, se não da mídia, pelo menos do seu sentido, o que desde os primórdios da coisa margeou-lhe o desenvolvimento.

Marcada pela agitação política iniciada um pouco antes, emergiu, como se disse, uma nova geração de acadêmicos, interessada em desenvolver alternativas de estudo ao paradigma dominante, desde um ponto de vista informado pelo marxismo (Holzer, 1973; Garnham, 1979). Na América Latina, Europa Ocidental e Estados Unidos, a economia política, os estudos culturais, a sociologia das organizações, a história social, a psicologia analítica e a semiótica materialista (Hardt, 1992, pp. 173-216; Pietilä, 2005, pp. 221-244;), focando nas comunicações como negócio e meio de dominação ideológica, vieram a desenvolver trabalhos que, por volta de 1980, abririam caminho para o retorno do que havia sido chamado, quatro décadas antes, de pesquisa crítica em comunicação de massa.

Com efeito, pesquisa crítica em comunicação de massa foi, segundo tudo indica, expressão originalmente cunhada por Paul Lazarsfeld para caracterizar a atitude epistemológica e os trabalhos propostos por seu colega Theodor Adorno no marco do projeto de estudo do rádio nos Estados Unidos, patrocinado pela Fundação Rockefeller, junto com a Universidade de Princeton (Jenemann, 2007), no final dos anos 1930. Para o primeiro acadêmico, sua principal diferença metodológica em relação à pesquisa empírica seria que, em vez de focar na análise de variáveis isoladas do fenômeno em estudo com métodos empíricos e estatísticos, a tarefa, na pesquisa crítica, consiste em interpretá-los à luz das tendências históricas presentes no respectivo sistema social com instrumentos teóricos (Lazarsfeld, 1941, pp. 8-9).

Respaldados por manifesto de Horkheimer (1941/1989), Adorno e Lowenthal, mas virtualmente sós, durante toda uma geração, acolheram o juízo feito por Lazarsfeld, todavia rejeitando o enquadramento terminológico. Assim, verifica-se que, fora uma ou outra menção (Gerbner, 1958; Nordenstreng, 1968),

a expressão pesquisa crítica em comunicação de massa e, de certo modo, a atividade mesma foram virtualmente ignoradas até o final dos anos 1970. Recordemos que Adorno sempre foi hostil ao emprego teórico do termo comunicação na atividade acadêmica e filosófica, acusando-o unilateralmente de ideológico. Explorou problemática epistemológica radicalmente distinta, ao lançar mão do conceito de indústria cultural, conforme se pode constatar em seus ensaios sobre as colunas de horóscopo dos jornais, o jazz e a ficção seriada de televisão. Para ele, a pesquisa social em comunicação de massa, focando prioritariamente em estímulos e reações empíricas, dado o marco teórico em que se constituiu, seria sempre positivista (Adorno, 2001, pp. 124-125).

Amparando-se na onda política e intelectual que, referida, entre outros, aos nomes de Marcuse e Habermas, viera a projetar o termo “teoria crítica” entre os meios acadêmicos de esquerda durante os anos 1970, os sujeitos emergentes na área de estudos de comunicação de massa, a seu modo, mantiveram o argumento acima. Apropriaram-se da noção de pesquisa crítica, sem aderir à invalidação epistemológica do conceito de referência feita pelo filósofo frankfurtiano. Quando, no início dos anos 1980, voltou-se a falar de pesquisa crítica em comunicação de massa, a fenomenologia da indústria cultural que Adorno propôs com endosso de Horkheimer só entraria no repertório como referência memorialística. Houve acordo de que, levando em conta a conjuntura ideológica, pesquisa crítica e economia política eram expressões menos custosas do que “concepção materialista da comunicação” para, como se fazia, camuflar o recurso ao marxismo no devido meio acadêmico (Murdock & Wasco, 2023, pp. 35-44).

Nesta altura, os estudos de comunicação de massas, relativamente consolidados como área acadêmica autônoma nos Estados Unidos, estavam começando a consegui-lo também noutras partes. Fora o clima ideológico favorável à adoção do conceito, promovido através da própria indústria por seus interessados mais diretos, os profissionais e empreendedores da área, viu-se que era mais vantajoso manter o rótulo e, assim, a ilusão de autonomia epistemológica que acompanhou sua ascensão acadêmica, do que deixar o estudo do assunto para as disciplinas previamente estabelecidas. Vincent Mosco resumiu o pensamento da nova linha de estudos, reportando que:

A pesquisa crítica, em geral, parte do entendimento de que a maioria dos sistemas de poder estabelecidos restringe a habilidade das pessoas agirem livremente com vistas à autodeterminação. A pesquisa crítica examina as forças históricas que produzem e modificam o poder dos sistemas comunicacionais, permanecendo atenta às necessidades de conectar os seus problemas com o sistema institucional de poder [vigente na sociedade], mas também às resistências a ele [que se originam

dos grupos subalternos, dominados e oprimidos]. (Mosco, 1989 citado em Lent, 1995, p. 173; cf. Lent, 2014)¹

¹No original: “Critical research starts from the view that most established systems of power restrict the ability of people to free themselves for self-determination. Critical research examines the historical forces that bring about and change systems of communication power. It is continuously sensitive to the need to connect communication problems to the wider institutional system of power and resistance”. Esta e demais traduções, do autor.

Foram, porém, Jennifer Slack e Martin Allor (1983) que, no mítico número 3 do volume 33 do *Journal of Communication*, intitulado “Ferment in the Field”, expuseram a melhor síntese metodológica a respeito feita até hoje, como daremos sinal adiante. Como dizem, a pesquisa crítica não deve ser vista como uma escola unificada. Tratar-se-ia, antes, de um feixe de aproximações reflexivas e empíricas aos fenômenos de comunicação de massas, em que se exploraria a economia política, os estudos culturais, a análise do discurso, a história social etc. Seria um movimento epistemológico e político heterogêneo, todavia possuidor de elementos comuns, como, em primeiro lugar, a oposição filosófica e metodológica ao paradigma behaviorista e aos seus esquemas comunicacionais e, em segundo, a proposta de focar os estudos na análise do papel das comunicações na criação, manutenção e transformação das relações de poder na sociedade, desde uma perspectiva justa e emancipatória para os seres humanos (Slack & Allor, 1983).

Vamos no que segue, primeiro, reconstruir analiticamente a forma como a crítica se apresentou e veio a ser teorizada no pensamento comunicacional oriundo do meio acadêmico, para, num segundo momento, testar a resistência e validade de suas proposições, apontar-lhe os problemas oriundos do seu uso na pesquisa, com vistas a, noutra ocasião, desenvolver o que pretendemos ser seus corretivos. Após a crise do marxismo e o colapso dos regimes comunistas, no final do século passado, a crítica mesma entrou em questionamento entre seus interessados mais sérios. Argumentou-se sobre a necessidade “do reexame de seus conceitos e de seus procedimentos, de sua genealogia e da maneira como se entrelaçou com a lógica da emancipação social”² (Rancière, 2012, pp. 48-49) (Callinicos, 2006; Hoy & McCarthy, 1994).

²No original: “del reexamen de sus conceptos y de sus procedimientos, de su genealogía y de la manera en que se han entrelazado con la lógica de la emancipación social”.

Virando o século, a teoria crítica, conforme interpretada e transmitida por Marcuse (1969), isto é, como militância, veio a ter novo impulso, ao infiltrar-se por amplos setores da vida profissional e, mais difusamente, pelas redes sociais. Surgiu um novo cenário intelectual, em que a crítica se viu reduzida prática e teoricamente à forma de oposição, estratégia e ataque. Quer-se nestas páginas fazer frente a esta situação, partindo da premissa de que, na ciência, crítica só tem validade filosófica como forma de estudo, análise e esclarecimento: usá-la como arma, conforme se tem visto, só serve para degradar a universidade (Weber, 1917/1973, p. 222-248; 1919/1970, pp. 17-52).

A exemplo do que ocorre em outros setores, a crítica voltou a se fazer presente na área acadêmica de comunicação. O fato de não haver discussão sobre ela, no

entanto, dá o que pensar. A hipótese de a crítica estar se reduzindo à retórica não pode ser descartada por quem não abre mão do pensamento. A crise prossegue em silêncio. O fato de não reverberar não significa que inexistam efeitos na práxis acadêmica. O avanço de um profissionalismo rasteiro orgulhoso de seu comprometimento cosmético com causas sociais é notável.

Entre os brasileiros, Eugênio Trivinho e André Lemos foram talvez os únicos a abordar seriamente o problema da crítica na área de comunicação. Todavia foi distinta a maneira como a enfrentaram. Para Lemos (2015), o exame do assunto indicaria que a crítica esgotou seu potencial cognitivo na pesquisa e deve dar lugar a alternativas mais promissoras. Já Trivinho (2001, pp. 163-185), ao contrário, não a deu como morta, ao acusar a insustentabilidade de seguir amparando a crítica no mito da razão absoluta e na filosofia da história³.

O relato que segue aprofunda o esclarecimento das raízes do problema e desenvolve analiticamente a perspectiva do colega, inserindo-se na proposta que ele chama de renovação categorial da crítica na pesquisa social em comunicação de massa, contudo, sem poder mostrar, nesta ocasião, como a estagnação dogmática e o populismo acadêmico em que ela está presa podem, em tese, ser revertidos.

³Nossa primeira avaliação da obra de Trivinho está em Rüdiger (2007). Polemizamos com André Lemos em Rüdiger (2015). Ossandón et al. (2019) fornecem elementos para pensar o assunto na América Latina.

ORIGEM E SENTIDO DA NOÇÃO DE CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA

Subjacente ao avanço da chamada pesquisa crítica na área acadêmica de comunicação de massa durante os 1980 se encontra movimento muito mais amplo, do qual dá conta a noção de ciência social crítica, proposta originalmente por Jürgen Habermas (1965/1975). Afinal, viria a se abrigar sob esta formulação epistemológica o desenvolvimento de um programa de trabalhos para o marxismo acadêmico que emergira no Ocidente após a II Guerra Mundial (Strydom, 2011). Adorno e Horkheimer, mestres daquele pensador, haviam começado, ainda nos 1940, a rejeitar a versão do marxismo que, juntamente com Marcuse, o segundo propusera com o título de *teoria crítica*. Habermas (1965/1975) deu um novo passo, chegando a pensar, nos 1960, em “desenvolver sistematicamente o programa do que algum dia poderá se denominar pesquisa social crítica e dialética”, insinuado por Adorno (1969/2001, p. 99)⁴. Redirecionando seus interesses no sentido da elaboração de uma teoria do agir comunicativo, verifica-se, porém, que o plano só viria a ter desenvolvimento na obra de seus intérpretes anglo-saxões, a partir dos anos 1970.

⁴No original: “desarrollar sistemáticamente el programa de lo que quizá alguna vez se denomine investigación social crítica e dialéctica”.

Alvin Gouldner fornece-nos os elementos que há de se levar em conta para entender o assunto, observando que o marxismo se desenvolveu intelectualmente por mais de um século a partir de duas linhas de pensamento: a científica e a

filosófica (“cultural”). Amparada na crítica à economia política feita por Marx e na filosofia da ciência de Engels, a primeira revelou-se predominante, ao tornar-se referência do regime soviético e dos partidos comunistas com ele alinhados em todo o mundo. Tomando força com os escritos de Lukács e Korsch, a segunda, ao contrário, cresceu com a exploração dos escritos políticos e filosóficos do jovem Marx, terminando por predominar entre as camadas médias intelectualizadas do Ocidente (Gouldner, 1983; Kolakowski, 2022; Merquior, 1987).

Assim como *filosofia da práxis*, termo usado no cárcere por Gramsci, *teoria crítica da sociedade* serviu, nos anos 1930, para Horkheimer e Marcuse cifrarem as exposições e análises do pensamento marxista que fizeram naquele último sentido. Tinha claro a Escola de Frankfurt que “Marx e Engels conceberam a teoria crítica da sociedade” (Adorno & Horkheimer, 1966, p. 254). Ao menos de início, esta expressão era uma forma disfarçada de se referir à sua maneira de entender o marxismo. Virou costume, desde o reaparecimento do texto, em 1968, tomar *Teoria Crítica e Teoria Tradicional* (1937) como manifesto fundador de um novo pensamento social e político, da Escola de Frankfurt. Examinando com cuidado, verifica-se, no entanto, que suas proposições pouco tinham de original em relação às ideias de Lukács e Korsch.

Rompendo relativamente pouco com a ortodoxia marxista representada pelo materialismo dialético dos partidos comunistas durante aquele período, o título significa, ou deve ser lido, na verdade, como “marxismo e ciência”, parte de um conjunto em que Horkheimer e Marcuse visavam ampliar o campo de discussão da filosofia marxista. Como outros frankfurtianos, ambos se recusaram a aderir à filosofia da ciência oficializada pelo regime soviético, isto é, ao materialismo naturalista, ainda que “dialético”. Significa que, na visão de Horkheimer, endossada até o fim por Marcuse, a teoria crítica da sociedade, isto é, o marxismo não soviético, não deveria ser confundida com uma sociologia. Pretender transformá-la numa ciência social (Bukharin, 1922/1970) era, no mínimo, “empresa eivada de sérias dificuldades” (Horkheimer, 1937/1990, p. 268). Por mais avançadas que estejam, as ciências sociais se limitam a conhecer e intervir na realidade desde pontos de vista essencialmente analíticos e tecnológicos. Lidam com a experiência de forma fragmentada, mesmo quando oferecem propostas de solução para seus problemas. Somente a ação política de um movimento social enraizado, orientado por teoria amparada em análise do conjunto, como seria o caso do marxismo, pode diagnosticar e transformar a sociedade (Horkheimer, 1937/1990, p. 261).

Instalando-se o Instituto de Pesquisa Social nos Estados Unidos, avançada a compreensão do regime soviético como manifestação do Estado Autoritário e, com a substituição de Marcuse por Adorno como principal colaborador de

Horkheimer, toda esta visão, entretanto, começou a se desintegrar. Acompanhando Adorno, Horkheimer moveu-se do marxismo para a filosofia, por certo “crítica”, da cultura defendida pelo novo parceiro. Por outro lado, contudo, viu-se forçado, pelas circunstâncias, a estabelecer uma espécie de discurso do método da ciência social com que seu grupo pretendia disputar espaço no meio acadêmico norte-americano. Os seminários realizados pelo coletivo ensinaram a transformação do método dialético em uma hermenêutica da experiência histórica, segundo a qual o contexto em que, inevitavelmente, se inserem os fatos de nosso interesse pode ser apreendido em teoria, e esta fornece os meios para interpretarmos suas evidências, decifrar seu significado (Adorno & Horkheimer, 1999, pp. 105-128, 2013, pp. 140-150).

Resumidamente isso importou no aparecimento do conceito epistemológico de pesquisa social crítica. De acordo com ele, o conhecimento se expressa através de conceitos cujo cunho é histórico, crítico, hermenêutico e totalizador. A premissa é a de que o fenômeno em estudo adquire diferentes significações, de acordo com a maneira como seus sujeitos se ajustam a cenários historicamente mutáveis, em função de suas conexões com todos os outros cuja presença possa ser atestada.

As categorias com que pretendemos trabalhar não são generalizações obtidas através da abstração derivada da análise de casos individuais e coletivos, nem de postulados e definições axiomáticas. A elaboração destas categorias leva em conta a historicidade objetiva das situações de onde provém e, assim, exige que elas incluam sua gênese real⁵. (Horkheimer, 1941/1989, p. 264)

Os sujeitos que se está estudando são não apenas influenciados, mas transformados pelos processos sociais e históricos em curso de modo amplo, à medida que os contextos em que atuam se encontram em correlação com outros, de acordo com uma dinâmica presumivelmente totalizadora. O método empírico e indutivo das ciências positivas procede através da coleta de dados individuais e sua relação com outros, a fim de obter enunciados gerais. A abordagem crítica e dialética, em vez disso, procura aprofundar a análise do caso para, mediante interpretação, identificar seu sentido.

O conhecimento se desenvolve mediante a descoberta da origem e das influências que originaram o fenômeno no âmbito da totalidade de suas relações, de configurações cada vez mais abrangentes, até se chegar à sua significação ao mesmo tempo histórica e teórica (Horkheimer, 1941/1989, p. 265). A fim de ela não soar dogmática e se poder, com ela, alcançar um diagnóstico sobre a situação vivida pelos seus sujeitos, aquela última deve ser julgada de acordo

⁵No original: “The categories we intend to use are not generalizations to be attained by a process of abstraction from various individuals and species, nor are they axiomatic definitions and postulates. The process of forming these categories must take into account the historical character of the subject matter to which they pertain, and in such a way that the categories are made to include the actual genesis of that subject matter”.

as ideias e pensamentos dominantes no contexto e no momento, em vez de sê-lo a partir de esquemas formais, livremente estabelecidos pelo investigador (Horkheimer, 1941/1989, p. 266).

Desta perspectiva se desenvolveram os sucessivos escritos com os quais Adorno, após ter se iniciado nos métodos da pesquisa social empírica e introduzido sua prática na Alemanha do pós-guerra, viria a defender metodologicamente o que, mais precisamente, chegou a chamar de *sociologia crítica* (Benzer, 2011), em vez de *teoria da sociedade* – mas não a obra tardia de Marcuse (1965/1970, 1969). Ambos concordavam com Horkheimer (1937/1990, p. 9) que, perante o avanço do estado totalitário e da sociedade administrada, a teoria crítica da sociedade, se não perdeu “relação com o presente”, passou a exigir de si mesma “uma reflexão muito mais criteriosa”. Afinal, ocorreria que o proletariado, seu suposto sujeito, primeiro se integrou e, a seguir, virtualmente desapareceu como classe na sociedade estabelecida, com as reformas políticas democratizantes e o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capitalismo, fora ter surgido a exigência de se passar a relacionar conceitos como dominação e imperialismo com os países comunistas (p. 10).

Por outro lado, divergiram profundamente os autores em relação à atitude filosófica a ser tomada diante do problema. Adorno (1964/2019, p. 27) concluiu que, tendo “a noção mesma de teoria da sociedade, no sentido de sistema, se tornado extremamente problemática” (ver também Wiggershaus, 1995, pp. 564-566), seria o caso, pelo menos temporariamente, de passar a investir no desenvolvimento de uma sociologia crítica amparada em combinação do método dialético com o que ele, inspirando-se em Walter Benjamin, chamava de *micrologia* (Adorno, 1964/2019). Já Marcuse (1970/2001, pp. 121-161), ao contrário, acabou descobrindo nos movimentos sociais e políticos que emergiram a partir do final dos anos 1960 motivos para, rompendo de vez com o marxismo, propor uma nova teoria crítica, articular o que ele chamou de Revolução Cultural.

⁶Por questão de espaço, será posto de lado na discussão o processo que, começando com o próprio Habermas, conduziria ao entendimento da ciência social crítica como saber essencialmente teórico e, assim, a, igualmente em nosso entendimento, convergir, em patamar mais sofisticado, com a versão do marxismo científico ortodoxo proposta por Althusser no curso dos anos 1960 (ver também Strydom, 2011).

CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DE MASSA

Sendo impossível detalhá-la neste artigo, expressaremos, apenas, a hipótese de que ciência social crítica foi, como dito, a noção com que Habermas transacionou este diferendo entre os velhos frankfurtianos em favor de Adorno. Especulou sobre os termos epistemológicos necessários para criar um sucedâneo do marxismo acadêmico em voga na segunda metade do século XX, sem abrir mão de todo da causa social, da opção preferencial pelos dominados, do projeto de emancipação, como diziam seus porta-vozes⁶.

De acordo com ele, os esforços da pesquisa social, em vez de se orientarem apenas no sentido das instituições, também podem fazê-lo no sentido de estimular a autorreflexão, se não dos próprios sujeitos estudados, do público interessado em saber de seus problemas e emprestar-lhes apoio político. Parte-se da premissa de que as ciências sociais podem, em tese, ajudar as audiências a se libertarem intelectualmente da dependência a circunstâncias inibidoras que as reificam. O marxismo e a psicanálise mostram que elas eventualmente se deixam mover por um interesse emancipatório em relação à ordem estabelecida, e não apenas pelo interesse técnico na dominação de nossas circunstâncias, na procura de controle intelectual das instituições, e pela reprodução das tradições culturais (Habermas, 1963/1987, p. 297, pp. 139-140)⁷.

Os cientistas sociais não estão impedidos de conservar teoricamente o ponto de vista dos sujeitos em foco nos seus estudos, conforme por vezes postula o positivismo, e, assim, de desenvolver análises visando fornecer orientação para a tomada de consciência de situações alienantes, se não de sujeição, desde um ponto de vista emancipatório, como se observaria nos saberes citados, e poderia ser o caso em várias outras áreas de estudo, sem excluir a pesquisa em comunicação de massas⁸.

Lee Harvey carrega nos termos de modo que, conforme será questionado, revela os prejuízos que uma teoria da dominação de cunho abstrato e reificado pode trazer ao saber, à investigação, mas resume bem que, no marco desta filosofia da ciência:

A pesquisa social se ampara numa perspectiva crítica e dialética, com a ajuda da qual tenta socavar a superfície das estruturas sociais opressivas historicamente específicas. Contrasta com as preocupações positivistas em descobrir os fatores causadores dos fenômenos observados e construir grandes sistemas teóricos . . . mas também com as propostas fenomenológicas de interpretar os significados visados pelos atores sociais e de analisar minuciosamente processos simbólicos⁹. (Harvey, 1990, p. 4)

Segundo esta perspectiva, passemos a focar na área de comunicação, a pesquisa feita no marco da ciência social empírica, positivista, em geral, emprega esquemas conceituais abstratos, lineares e simplificados, reduzindo os problemas de estudo a questões comportamentais. Supõe que pode explicar a maneira como os indivíduos se comunicam e quais são os efeitos resultantes disso, tomando como referência, isto é, variáveis da análise, situações isoladas de modo pretensamente experimental, perdendo-se em abstrações. Os processos mais amplos em que os meios e os indivíduos objetivamente se inserem são considerados

⁷ Habermas (1963/1987, pp. 216-272) também se apropria seletivamente do marxismo nessa época, pensando-o como “crítica”, em vez de “ciência” e, mesmo, “filosofia”. Nunca foi, porém, até o ponto de denunciá-lo, junto com a psicanálise, como sistema de poder, no sentido foucaultiano.

⁸ Salvo melhor informação, o primeiro a falar da comunicação, humana e de massas, como objeto de ciência social crítica, aplicada, no caso, à área de educação, foi Dieter Baacke (1973). Baacke procedeu à síntese das teorias de Habermas, Luhmann e dos ciberneticistas, tornando-se conhecido por desenvolver prática e teoricamente o conceito, extraído da obra do primeiro, de *competência comunicativa*. Proposta à mesma época, teve vida curta a teoria crítica da comunicação pública (publicismo), de cunho liberal, proposta por Harry Pross (Rüdiger, 2019, pp. 157-168).

⁹ No original: “Critical social research is underpinned by a critical—dialectical perspective which attempts to dig beneath the surface of historically specific, oppressive, social structures. This is contrasted with positivistic concerns to discover the factors that cause observed phenomena . . . and with phenomenological attempts to interpret the meanings of social actors or attempt close analysis of symbolic processes or to build grand theoretical edifices”.

marginalmente, reduzindo-se a indicadores socioeconômicos, marcadores de status, etnia e outros itens.

Ademais, a investigação social empírico-analítica rege-se pelo princípio da autonomia axiológica e da competência profissional especializada, preocupando-se exageradamente com a formalização dos métodos e a exatidão dos resultados, sem se perguntar sobre seu alcance e sua significação no contexto histórico e vida política. Propende a prestar serviço às forças que desejam se valer do conhecimento social sem se preocupar com os interesses dos demais, e às vezes inclusive visam influir nas suas atitudes e pensamentos, à revelia de sua consciência e decisão nesse sentido (Simpson, 1994).

As pesquisas “críticas” feitas no marco da economia política, dos estudos culturais, da história social, da sociologia das organizações e da análise do discurso, ao contrário, movimentam-se noutro paradigma, idealmente se caracterizam por investir na reflexão teórica e na exploração de procedimentos interpretativos, sem abdicar da condução de estudos e análises empíricas. O foco, no caso, está nos problemas concretos e na sua seleção de acordo com critérios políticos, mas não se minimiza o papel da atividade teórica, desde que evite se perder em abstrações formais e metodológicas (McAnany, 1981, pp. 3-20; Splichal, 1989).

Já a ciência social crítica se caracterizaria teoricamente pela preocupação em examinar e relatar problemas concretos e substanciais, não estaria preocupada primordialmente com os métodos e a lógica dos processos de pesquisa. A pesquisa considera a história, sem ser narrativa e factual, e conserva uma orientação prática, no sentido de se sentir engajada em projeto político mais abrangente e pretender contribuir, com seu trabalho, para a transformação da sociedade (George, 2022).

Nas pesquisas de interesse para a área de comunicação de massas, significa que, no limite, a perspectiva crítica abre mão dos conceitos simples e isoláveis de emissor, mensagem e receptor.

[Assim é, porque,] por um lado, as instituições midiáticas e os processos de comunicação de massas são vistos por ela como inseparavelmente entrelaçados a outros processos e instituições sociais (como o Estado, a família e a organização econômica). E por outro, os indivíduos são vistos sobretudo e primeiramente como membros de grupos sociais definidos pela situação social e material (diferenciados por classe, gênero, raça e subcultura, por exemplo). [Porque] o processo da comunicação de massa não se define mais pelos efeitos de mensagens sobre indivíduos, mas pela efetividade (ou papel social) da comunicação (ou seja, conjuntos de estruturas institucionais e construções simbólicas) na manutenção e ampliação, ou ruptura da formação social (a inter-relação existente entre política, economia e cultura)¹⁰. (Slack & Allor, 1983, p. 214)

¹⁰No original: “On the one hand, this is because media institutions and the processes of mass communication are viewed as inseparably intertwined with other social institutions and processes (e.g., the state, the family, and economic organization). On the other hand, this is because human individuals are viewed at first and foremost as members of social groups defined by material social location (differentiated, for example, by class, gender, race, and subculture). The communication process, then, is no longer defined in terms of the effects of messages on individuals but on the effectivity (or social role) of communication (as both institutional structures and symbolic constructions) in maintaining, enhancing, or disrupting the social formation (the existing interrelationships of politics, economics, and culture)”.

Secundado por Golding e Murdock (1977), Nicholas Garnham (1979) fora, no Reino Unido, até o ponto de ensaiar sistematização dos fundamentos da análise marxista da economia política da comunicação de massas. Slack e Allor (1983) apoiaram-se em suas proposições numa perspectiva crítica que, todavia, lhes faltava, para defender que os fluxos de informação não são meramente filtrados pelos grupos sociais em que o indivíduo supostamente está inserido.

[Nos estudos críticos], as mensagens codificadas pela mídia, as relações de classe e os estilos de vida de cada subcultura [como também os processos de produção] são vistos como níveis separados da formação social. A inter-relação entre estes níveis é complexa e frequentemente contraditória. O resultado dela não pode ser predeterminado. O resultado é, em vez disso, determinado durante a luta pela significação social que ocorre entre os grupos dominados e os grupos dominantes. Não se trata da substituição da causa por uma multiplicidade de causas isoláveis que interagem (como é o caso na análise regressiva), porque os níveis individuais não têm ação ou identidade fora dos seus inter-relacionamentos. A causa determinante é ela mesma determinada pelo cunho do inter-relacionamento, não é o somatório de seus elementos individuais. Nesse sentido, a comunicação não tem identidade ou efeitos fora das instâncias concretas em que se dá a luta pelo significado¹¹. (Slack & Allor, 1983, p. 215)

Por outro lado, os autores corrigem o formalismo contido em muitas proposições feitas a respeito do controle e mesmo da opressão das consciências, feita através dos meios de comunicação, valendo-se, em seu caso, do esquema histórico-hermenêutico gramsciano de esclarecimento das relações de poder nos regimes democráticos, inicialmente explorado para estudar a cultura por Stuart Hall e a Escola de Birmingham. As comunicações não podem ser analisadas de forma isolada e atomística, devendo ser situadas em contextos sistêmicos, mas estes são contraditórios e admitem mudanças. Os processos e os meios são, sim, em tese, ressaltaríamos, controlados e explorados por setores sociais propensos a cuidarem e imporem apenas seus interesses, em detrimento dos grupos mais frágeis – mas isso não pode ser absolutizado.

Nos estudos culturais marxistas, o poder [deve ser] concebido em termos de hegemonia. O conceito de hegemonia refere-se a um modelo de poder que gira em torno da ideia de que o conhecimento social intervém na obtenção do consentimento por parte de quem manda. Em vez de focar nas ações estatais (que passam pela polícia, pelos tribunais, pelos militares etc.), ele se volta para a efetividade da comunicação na manutenção da ordem social. As comunicações de massa e os sistemas de

¹¹No original: “*encoded media messages, class relations, and subcultural styles of life are viewed as separate levels of the social formation. The interrelationship between these levels is complex, often contradictory. The outcome is not predetermined. Rather, the outcome is determined in the struggle over social meaning between dominant and subordinate groups. This is not the substitution of multiple, interactive isolatable causes (as in regression analysis) for cause, because the individual levels have no identity or effectivity outside of their interrelationship. The causal determinant is itself determined by the character of the interrelationship, not the sum of its individual elements. Communication, in this sense, has no identity or effects outside of the concrete instances within which the struggle for meaning occurs.*”

representação que elas produzem são analisados por terem efeito na determinação do nosso entendimento do mundo social. Noutros termos, hegemonia serve para descrevermos as práticas através das quais as classes e subculturas subalternas chegam ao entendimento do todo social e de si mesmas de acordo com os termos propostos pela classe cultural dominante [sem, todavia, perder uma margem de manobra e ação de acordo com seus interesses]¹². (Slack & Allor, 1983, p. 216)

¹²No original: “In Marxist cultural studies, power is conceptualized in terms of hegemony. The concept of hegemony designates a model of power that revolves around the idea of social knowledge in the production of rule by consent. Rather than focusing on state actions (involving the police, the courts, the military etc.), it focuses on the effectivity of communication in the maintenance of social control.

The mass media, and the systems of representations that they produce, are analyzed for their effectivity in determining understandings of the social world. Put in other terms, hegemony describes the practices through which subordinate classes or subcultures come to understand themselves and the social whole in terms laid down by the dominant class/culture”.

Significa, em nossa apropriação e leitura, que, apesar de os meios de comunicação poderem ser usados como coadjuvantes da violência física imediata, servirem de instrumentos em campanhas de perseguição coletiva e assassinatos, como se viu, por exemplo, durante o genocídio em Ruanda ou os períodos de terror nos regimes comunistas, o caso não autoriza, como faz a militância radical, fora e dentro da academia (Agger, 1998; Fuchs, 2011), a defini-los teoricamente como meios de opressão. A premissa segundo a qual os sujeitos se encontram desigualmente submetidos a uma ordem em que há dominantes e dominados, através de mecanismos de poder que se valem material e ideologicamente dos meios e processos de comunicação de massa, não só deve evitar o radicalismo de confundi-la com opressão e violência, mas deve ser considerada caso a caso e relativizada pela admissão de outras hipóteses, se o que interessa é desenvolver o conhecimento.

As fenomenologias genéricas e lineares sobre “a” comunicação e “a” cultura de massas, ainda que “críticas”, são tão perniciosas quanto a retórica militante e grosseira sobre a opressão de classe, a vigilância eletrônica, o racismo estrutural, a violência simbólica, a injustiça social de que seriam palcos etc. As primeiras amparam-se em noções vagas, mas de efeito pretensamente bombástico, como simulacro, hiperconectividade, espetáculo, velocidade, cansaço, excitação e superindústria da imaginação, ao pretenderem defender um ponto de vista recorrendo a umas poucas ilustrações. Já a segunda se caracteriza pela criação de conceitos como armas, meios de intimidação, que pouco ou nada têm de críticos, no sentido analítico, apto para o trabalho de investigação empírico e científico, ao servirem basicamente para a militância.

Ambas são aceitáveis, pela sua inevitabilidade, seja na ensaística dirigida aos círculos letrados, caso das primeiras, seja nas lutas partidárias para influenciar politicamente na vida pública e, cada vez mais, dentro das instituições, caso da segunda. Na prática de pesquisa, não, pois expedientes assim carecem de operacionalidade empírico-analítica e fertilidade histórico-interpretativa. Aprisionam o pensamento em camisas de força retóricas e circuitos fenomenológicos de cunho potencialmente delirante, blindando-o à variedade da experiência, ao contato com o diverso e à aventura da pesquisa e descoberta. Em geral, não

vão além da exposição de juízos condenatórios e relatos genéricos de sentido alarmista, que pouco acrescentam ao que seus destinatários ideais já admitem, e os demais, talvez, assimilam com reticência.

As propostas condizentes com o trabalho acadêmico e científico que podemos associar à pesquisa crítica pressupõem e recomendam a exploração de questões teóricas, mas não podem perder contato com a experiência, a feitura de análises históricas, a elaboração de conceitos específicos. A pesquisa crítica que ignora ou entra em desacordo com a experiência se torna prisioneira das ideologias, não faz melhor que a pesquisa social empírica desprovida de problemas relevantes para a experiência do sujeito histórico mais amplo, restrita ao setor de inserção do pesquisador na comunidade científica.

A análise crítica dos fenômenos de comunicação de massa se delinea metodologicamente à medida que, em vez de pôr rótulos, acusa abstratamente situações por meio do emprego de categorias abstratas (sensacionalismo, por exemplo), foca em seus aspectos imediatos e genéricos (o noticiário do momento, por exemplo) para, em seguida, explorando as conexões concretas que a perpassam, proceder à sua interpretação histórica e sociológica (o planejamento mercadológico da empresa jornalística, o colapso de uma política pública etc.) (cf. Harvey, 1990, p. 32).

Apesar de insistirem em falar de dominação e violência, opressão, tem razão os estudiosos que preconizam uma abordagem metodológica em que os fenômenos de mídia são vistos como mediação dos conflitos políticos, econômicos, sociais, religiosos, familiares e outros, em vez de forma impositora de um sistema previamente definido por alguma teoria. Neste último caso, o pensamento, de crítico, em geral, só tem o nome, estampado em camiseta distribuída por partido para uso dos acólitos. Como diz Kellner (1995), a pesquisa crítica em comunicação de massa e os estudos culturais, no seu melhor, se opõem ao tratamento das situações como simples produto da dominação de um sistema ou de um grupo sobre outros, como fruto da manipulação ideológica de dominantes sobre dominados, procedendo à sua análise como interface “dos debates e conflitos sociais e políticos existentes, em vez de meramente relacioná-los com supostas ideologias dominantes e monolíticas”¹³ (p. 103) (cf. Daros, 2022).

A hegemonia assume várias formas, se manifesta em distintos momentos e não tem dono; é objeto de disputa e conquista; está sempre sujeita à discussão, negociação, ataque e subversão, desde diversos pontos de vista políticos. A premissa metodológica da análise dos meios que auxiliam no seu agenciamento é a de que os sujeitos sociais, até certo ponto, manipulam os meios, em vez de serem manipuladas por eles. As comunicações e a cultura representam mediações históricas e sociais, articulam experiências, acontecimentos, discursos,

¹³No original: “*within existing socio-political debates and conflicts rather than just in relation to some supposed monolithic ideology*”.

processos e, assim, são também sempre mediadas. As comunicações, para funcionar, precisam ressoar socialmente, se encaixar no horizonte dos sujeitos em todas as pontas, trabalhando, ainda que desigualmente, com os temores, esperanças, fantasias, interesses, circunstâncias e outras variáveis.

A vida social não se reduz a um sistema de dominação, só excepcionalmente é feita de opressão e violência, caracterizando-se, na maior parte do tempo, para a grande maioria das pessoas, inclusive nos regimes totalitários, pelas rotinas cotidianas e a composição de interesses. A regra, salvo em guerras de extermínio, é a negociação de conflitos, a troca desigual de vantagens, as transações mais ou menos tensas, as alianças e acordos de ocasião, a persuasão, por vezes trapaceira, etc. Os fenômenos de comunicação de massa se inserem neste marco, exigindo, pois, leituras multivalentes, desde perspectivas preferencialmente contraditórias, oriundas dos próprios sujeitos, em vez do dono da verdade no qual, muitas vezes, se arvora quem faz pesquisa e, principalmente, teoria crítica.

CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA É TEORIA CRÍTICA DA COMUNICAÇÃO DE MASSAS?

Seguir pela via acima nos parece promissor em termos metodológicos, no entanto, precisamos notar, põe em crise a perspectiva teórica e, assim, os próprios conceitos com que a crítica foi introduzida e, apesar dos entraves, vem sendo agenciada na pesquisa em comunicação de massas (cf. Splichal & Mance, 2018). Sempre que se trata de ciências sociais e o conceito “crítica” entra em pauta, vale lembrar que é preciso distinguir entre seu uso teórico, na filosofia política, e seu uso na ciência, como chave epistemológica. O primeiro concerne, mais genericamente, aos princípios doutrinários com que podemos nos orientar e intervir na vida social e seus conflitos. O segundo, aos princípios teóricos com que se pode estruturar e desenvolver a análise e reportagem de matéria sob investigação metódica. O fato de eventualmente poder haver intercâmbios e mediação entre eles não serve de desculpa para confundi-los, desde o ponto de vista funcional. A ciência social, sem dúvida, comporta a intervenção de princípios doutrinários em seu trabalho, conquanto se submetam à prova empírica e documental, não violentem ou fraudem a experiência.

A ciência social crítica, não sendo exceção, se baseia na premissa de que aquela última, a crítica, é constitutiva da prática científica especializada. Os relatos fenomenológicos de cunho amplo e genérico, explorando conceitos abstratos com o acréscimo de umas poucas ilustrações, pertenceriam a outro gênero. A perspectiva crítica não deve servir de licença para seus sujeitos se expressarem sem disciplina, vociferar suas frustrações contra o mundo. Os conceitos que

a distinguem devem ser analisados empiricamente com base em evidências coletadas de forma metódica. Os principais, no caso da área de comunicação, têm sido dominação e, em menor medida, ideologia, uma vez que sua orientação teórica, genericamente falando, tem cunho normativo e mais ou menos holístico, encarna-se, em resumo, na ideia de uma comunicação livre de uma e outra, isto é, emancipada.

Será, contudo, que isso se sustenta, que pode ser assim, como ainda hoje preconizam tantos nomes exponenciais da pesquisa e da teoria crítica em comunicação de massa, incluindo, paradoxalmente, o próprio Douglas Kellner (2020)? Apesar de seu criador só ter se referido a ela de modo pontual, a recepção da noção habermasiana de ciência social crítica, notada inicialmente sobretudo nos Estados Unidos (Fay, 1987), foi fortemente influenciada pela revisão da teoria crítica feita por Marcuse, não poupando a pesquisa acadêmica em comunicação de massa. O problema é que ela selou seu vínculo, renovado até hoje, com os conceitos de dominação e opressão, às vezes com o de ideologia, em detrimento de outros, muito mais plásticos, ricos e profícuos, como podem ser, por exemplo, se trabalhados analiticamente, os conceitos de poder e hegemonia (Laclau & Mouffe, 1989).

Os primeiros termos foram assimilados mecanicamente pelo seu valor de face marcusiano, como experiências indiscutivelmente vividas, ainda que nem sempre da mesma forma, por todos os grupos sociais. A tarefa que se impôs aos acadêmicos que não perderam a liberdade de consciência passou a ser lutar intelectualmente contra essa situação, estudando e produzindo conhecimento sobre como e com quem ela surgiu, como ela se estrutura, como e quem ela oprime e aliena, quais são as resistências e lutas que ela enseja, como, enfim, se chegará à emancipação de tudo isso, a uma nova forma de sociedade, considerando os temas de “comunicação”.

Disso dão prova as obras de atuais expoentes da teoria e da pesquisa críticas em comunicação de massa, como Christian Fuchs e Fabien Granjon. Segundo Lee Harvey (1990, p. 19), “a pesquisa social crítica é uma metodologia, e não um credo político”¹⁴ (ver também Morrow, 1994). A relação com a filosofia prática, isto é, a teoria crítica, apesar de existir, deve ser mediada, levando em conta o que lhe é próprio como instrumento científico. Para Granjon (Granjon & George, 2014, pp. 291-355) e Fuchs (2011, pp. 112-121), preconizadores de seu entendimento ortodoxo, ao contrário, a pesquisa e estudo são ações políticas, têm partido e, no seu ver, este é o marxismo. Os estudos de mídia representam um dos campos de aplicação da teoria crítica, e, nesta condição, constituem uma articulação de análise estratégica (isto é, política e econômica), pesquisa empírica (para embasar a análise), e ética socialista (orientação anticapitalista)⁴. A teoria emprega o método dialético como arma, para a feitura de análises da

¹⁴No original: “Critical social research is a methodology, not a political creed”.

¹⁵Devido à falta de espaço, não é possível apresentar aqui, como pretendíamos, análise detalhada das teses e obras destes autores. Em 2016, a revista *Questions de Communication* publicou um dossiê crítico a respeito da perspectiva de Granjon. Sua resposta foi publicada no número 30, do mesmo ano (“Des échelles de la critique”, pp. 181-218). Não encontramos discussão de conjunto da já vasta obra de Fuchs. Christoph Raetzch (2016) concentra em comentário de um título algumas objeções generalizáveis. Ressalvas ao pretenso déficit político de sua obra mais antiga sobre internet são feitas por Fisher (2009).

mídia e da cultura desde o ponto de vista da derrubada do “contexto de dominação”, da supressão do “controle, da exploração, da opressão” (Fuchs, 2011, 2022; Granjon, 2015a, 2015b)¹⁵.

O ponto que se coloca à discussão, neste artigo, consiste em saber se e como essa perspectiva – diretamente devedora do marxismo, para não falar das provindas das teorias críticas pós-marxistas, “identitárias”, com que aquela primeira inclusive passou a se misturar – ainda dá conta, se um dia o deu, do papel epistemológico que a crítica deve desempenhar na pesquisa, resiste à análise que urge fazer em meio à cena pós-crítica que se descortinou para reflexão das ciências sociais e da teoria da ciência a partir do final do século passado.

Trivinho (2001) tomou parte neste trabalho há alguns anos, salientando que, na atual conjuntura, tornou-se vital, para a crítica, despojar-se da antropologia, isto é, “as naturalizações ideologizantes da vida humana, a universalização de premissas teóricas para todas as épocas, a procura por constantes a-históricas, pela essência dos fenômenos, pela verdade última, por unitarismos subjacentes a processos da natureza, da cultura e da sociedade” (p. 167). Assim como da dialética, visto que não há mais como manter no discurso, sem cair em dogmatismo, a figura do sujeito totalizador da práxis, a noção de transcendência histórica, a ideia de emancipação universal, a fantasia de onipotência epistemológica (p. 166) – e, acrescentaríamos, a pretensão de exclusividade no manejo legítimo do conceito de ideologia.

Em seu ver, o expurgo da crítica em curso no pensamento pós-moderno pode ser prevenido com a adoção de uma estratégia situacional, de cunho ensaístico, cuja orientação essencialmente abstrata, entretanto esterilizou-a, em nossa avaliação. Fora deixar de lado o exame de sua metodologia, seus conceitos e seus esquemas operacionais na pesquisa social, Trivinho (2001) terminou contradizendo em atos sua crítica à cognição abrangente de totalidades reais. Sucumbiu à vertigem inflacionária da teoria, reduzindo a experiência a fórmulas abstratas de pouca ou nenhuma serventia, seja na filosofia política, seja na teoria da ciência (Rüdiger, 2008). Vamos, no que segue, retomar seu trabalho nesse último plano, levar sua reflexão sobre a situação da crítica para o plano da metodologia, começando por chamar atenção para o prejuízo que, na pesquisa, representa a estereotipação de conceitos do qual nosso colega teria se tornado vítima, em nosso julgamento.

A TEORIA POSTA EM QUESTÃO

Afinal, acontece ou não que, na prática de pesquisa histórica e etnográfica, os conceitos críticos se encontram em registro hermenêutico, visto estarem

sujeitos a controle empírico, ou sucumbem no dogmatismo? Para nós, o fato de, na pesquisa crítica, a teoria, até agora, fornecer artificialmente as categorias que permitem não apenas avaliar, mas mostrar as patologias da comunicação de massas e, às vezes, até os seus remédios é problemática. Assim, a pesquisa, paradoxalmente, passou a reificar suas análises, inclusive porque, nos estudos de comunicação de massa, ao menos, a tendência é eles raras vezes serem discutidos. A regra é tomá-los de áreas vizinhas pelo valor de face, prontos, para aplicação mais ou menos mecânica ao comentário, muito mais do que a análise, dos temas em investigação (ver também os ensaios reunidos em Cirucci & Vacker, 2018).

Tomando um relatório de pesquisa ao acaso, para ilustração, verifica-se que, segundo colegas, os “movimentos identitários”, às vezes, privilegiariam o “reconhecimento” em vez da “crítica”, ao lidarem com a produção audiovisual de seu interesse. Sua análise evidenciaria que, conforme previsto por Axel Honneth, os “grupos subalternizados” empreendem uma “luta por reconhecimento”, já que seu principal objetivo seria a “representação”. As “convicções axiológicas” desses grupos estão na base de uma “semântica comum” na qual se fundaria uma “gramática” de luta por reconhecimento (Serelle & Sena, 2019).

Qual é, porém, a prova disso? Folheando o artigo não pudemos encontrá-la. O caso em análise parece, em princípio, documentado. A conexão entre seus indícios e o ajuizamento teórico, no entanto, é arbitrária. As evidências, em nosso ver, não autorizam que se fale em uma “luta pelo reconhecimento”. O resultado disso é que o caso em estudo antes exemplifica do que realmente se ilumina ou explica por meio da referida teoria. O problema, vale notar, não está na teoria, perfeitamente passível de exposição, ilustração e discussão. A teoria do reconhecimento não é mais novidade, suscitou discussão e foi, até certo ponto, assimilada por alguns acadêmicos. A questão é seu emprego na pesquisa sobre a produção e recepção do audiovisual brasileiro contemporâneo.

Salvo melhor juízo ou devida amarração empírica, em vez de retórica, a única justificativa epistemológica para empregá-la, naquela situação, seria pô-la à prova, visando corrigi-la ou aperfeiçoá-la, talvez mesmo refutá-la. O método teria de ser crítico ou abduutivo, em vez de dedutivo, como erroneamente se sugere. O foco, objetivo ou interesse principal não poderia ser explicar o fenômeno, já que, no curso da argumentação, aquele último termina se reduzindo logicamente a pretexto para uma exemplificação da teoria.

O exemplo nos serve, portanto, de ponto de partida para aprofundar a análise dos problemas oriundos da conexão entre teoria e pesquisa reclamada até agora pelos estudos críticos em comunicação de massas. O primeiro a considerar é que, em geral, as teorias críticas paradoxalmente predeterminam a significação dos fenômenos em estudo, afirmando criptodogmaticamente que estes são sempre

ou só importam como fenômenos de luta e opressão, dominação e resistência. A possibilidade de terem outro sentido, seja para seus sujeitos, seja para outros intérpretes, quando cogitada, tende a ser desprezada com o emprego acusatório do conceito de ideologia. A argumentação é conduzida como se houvesse e ela mesma estivesse em um lugar imunizado, em que a resistência mais ou menos sublimada que ela própria representa se expressaria como consciência livre e soberana.

A sugestão de que a opressão e a dominação podem ser encontradas por toda a parte, menos entre os acadêmicos e intelectuais críticos, nas suas práticas e nas instituições pelas quais têm curadoria, nos regimes políticos com que se identificam, representa, talvez, o caso clássico de ideologia, no sentido de ausência de crítica, de falta de reflexividade. A vontade de poder não é privilégio de nenhum grupo social, assim como, em princípio, não é a atividade crítica – nem uma nem outra devem ser fetichizadas, se é para manter o pensamento em liberdade, não se cair em discurso blindado de antemão ao contraditório e cuja, matriz, em vez da crítica, é o autoritarismo.

A experiência histórica ensina que os sujeitos críticos não estão livres de cometer as violências, tropelias e abusos que denunciam nos outros, ninguém pode reivindicar a priori certidão de santidade. A crítica da opressão sempre pode se converter no seu contrário, em diferentes níveis de efetivação, à revelia de classe social, confissão religiosa, estamento profissional, credo político, orientação sexual, gênero, cor etc. Os fenômenos de monitoramento da conduta, tentativa de subjugação a distância, censura política e perseguição ideológica (“cancelamento”), via redes sociais, por exemplo, sabidamente são mais ou menos horizontais e democráticos. Surgem realmente a partir da convergência de múltiplos interesses e injunções recíprocas, e não por efeito do “sistema” ou suposta “estrutura” na qual se pode pôr a culpa, seja por malícia ou pura e simples estupidez.

Quem, como e com que direito estipula pois que, na análise crítica dos fenômenos da mídia se lida, por definição, com formas de opressão e de dominação? Sabemos há tempos que se desejarmos conferir alguma relevância a conceitos como estes, eles não podem ser elaborados de modo a se identificar com a totalidade da vida social, visto que, exceto invocando sabedoria e poder transcendentais, não haveria como explicar a propriedade de nosso discurso, pela falta de isenção de nosso lugar de fala. Assim, precisamos postular ou, no mínimo, pressupor um lugar relativamente a salvo do problema para fazer o julgamento – mas quem e como se assegura que, havendo este espaço, o julgamento esteja certo e assim se justifique, se os conceitos de referência são essencialmente interpretativos, não são, como muitas vezes se faz parecer, fatos dados e evidentes?

Salvo apelando ao seguro dogmático representado pela aplicação monopólica do conceito de ideologia contra os adversários, as teorias críticas não têm como negar que se amparam em conceitos disputáveis com outros (por exemplo, emancipação x salvação individual, eventualmente para todos) e que, mesmo em caso de haver decisão, se revelam passíveis de múltiplas interpretações, devido ao seu cunho muito vago de seus conceitos principais (por exemplo, “democracia participativa”). Na pesquisa, conceitos como fake news e discurso de ódio, por exemplo, não podem ser apresentados exclusivamente com base em relato teórico, precisando se justificar com interpretações empíricas – mas com que critério se julgará sua propriedade na análise?

O repertório das teorias críticas: resistência, dominação, injustiça, sofrimento, vigilância, opressão, luta etc., é formado por noções hermenêuticas referenciáveis em situações históricas, cuja formatação deve ser desenvolvida reflexivamente, no sentido de conservar em vista seus limites, seu transacionamento ou não com a experiência dos sujeitos sociais em foco, sob pena de serem, no mínimo, estéreis na atividade de pesquisa. Como a própria crítica, estes termos representam processos de significado flutuante, que resistem à formalização, sendo usados e recriados de acordo com os jogos de poder e testes de força, mas também os acordos em que os indivíduos se veem inseridos socialmente. A vida social, sem dúvida, conhece aqueles processos, ela é sua origem, mas na práxis ninguém é dono de seu sentido, a médio prazo ninguém tem o poder de arrogar-se o seu monopólio, inclusive a teoria e a ciência.

O papel da pesquisa crítica, em nosso ver, não seria, pois, apoiar ou combater os fenômenos de seu interesse e curiosidade, desde o ponto de vista pelo qual tomaram partido, mas mapear e analisar o sentido que lhes é dado pelos protagonistas, sem predeterminá-lo de acordo com esquemas reificados. As categorias com que trabalha carecem de conteúdo fixo ou preestabelecido; servem, em princípio, para qualquer grupo social. O sentido de que se revestem precisa ser interpretado levando em conta empiricamente o ponto de vista dos seus sujeitos históricos. Os oprimidos e opressores, por exemplo, não devem ser preestabelecidos em discurso teórico, primeiro porque aquelas são categorias hermenêuticas, segundo porque não são dados necessários da experiência. Os sujeitos alteram suas atitudes e opiniões conforme se relacionam ou trocam seu contexto de intervenção. A pesquisa bem conduzida deve visar à análise e reconstrução destes processos, sem forçá-los a entrar em categorias rígidas e estanques, muitas vezes impertinentes ao caso em observação.

Vendo bem, conceitos estruturais, como pode ser, por exemplo, o de dominação, entre muitos marxistas e os grupos identitários, têm pouca serventia na pesquisa e análise de experiências concretas, soando críticos apenas em manifestos.

O sentido da ação social, via de regra, é difícil de ser conhecido pelo observador distanciado, e ampliar seu nível de abrangência e complexidade só agrava o problema. Termos de manejo mais plástico e aberto, como “hegemonia” e “poder”, entendidos no marco da teoria da ação (Laclau & Mouffe, 1989), se saem melhor na condução dos estudos que evitam perder de vista a experiência social e histórica. As relações de poder não obedecem sempre e por inteiro apenas às lógicas identitárias de classe, gênero, raça, nacionalidade, religião etc. – as atravessam. O exercício do poder jamais foi determinado apenas pela posição econômica, situação de classe, afiliação política, credo ideológico, simpatia étnica, sendo igualmente influenciado pelos processos e dinâmicas das interações situacionais, de acordo com as variáveis, sempre mutantes, que se apresentam no momento, para além dos efeitos de conjunto, que surgem do seu relato à distância.

A verdadeira crítica na pesquisa social nos previne contra o uso unilateral e dogmático dos conceitos. As afirmações histriônicas sobre o poder que a tecnologia confere às corporações e governos se aceita na teorização simplória e em meio às lutas políticas – à luz da pesquisa, o juízo deve ser analisado, raríssimas vezes se revela jogo de soma zero. A práxis social é sempre mais ampla do que os conceitos que podemos fazer a seu respeito e, assim, toda tentativa feita nesta direção corre o risco de, teoricamente, não passar de gesto visando controlá-la magicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem pesquisa livre de dogmatismo sabe que as teorias e os métodos com que se há de trabalhar podem se reificar e que só com seu monitoramento reflexivo, diálogo com a experiência, abertura à crítica, revisão permanente e renúncias conceituais é possível prevenir a esterilização do conjunto. A pesquisa crítica em comunicação de massa se desenvolveu teórica e praticamente em sintonia com o avanço de uma nova forma de ciência social, a crítica, sob a influência do marxismo cultural, em especial da teoria crítica da sociedade¹⁶. As tensões oriundas desta conexão são chave para se entender porque a pesquisa ainda hoje não se livrou dos prejuízos decorrentes da sua referenciação em categorias estereotipadas (dominação, por exemplo), do emprego de conceitos arbitrários e dogmáticos (ideologia, por exemplo), da manutenção de esquemas normativos originados da filosofia da história (emancipação, por exemplo), e, mais genericamente, da falta de flexibilidade analítica e hermenêutica verificada na condução da pesquisa.

O pior para a ciência, sem dúvida, porém, é a tendência, entre os sujeitos das teorias críticas que surgiram no último período, de acusar a pesquisa metódica

¹⁶Por óbvio, suas áreas de atuação não lhe são exclusivas.

Fora outras abordagens, também o marxismo científico pode intervir nelas. Observe-se, por exemplo, os casos da economia política e da análise do discurso. A limitação de espaço nos impede de desenvolver as diferenças existentes nas suas aproximações.

de ser positivismo e, preferindo falar em estudos, reduzirem-na a exposições ilustrativas de conceitos. A exemplo dos movimentos totalitários do passado, entrevê-se aí, em vez da crítica à ciência como ideologia, o avanço da tese de que, em última análise, a ciência deve dar lugar à teoria (“crítica”) (Agger, 1992, 1998).

Significa que a ciência social ou, pelo menos, sua filosofia tem hoje diante de si, mais uma vez, o problema de saber até que ponto ela é compatível com essa espécie de teoria; se e como ela pode se articular com a crítica, sem deixar de ser ciência, sem sucumbir em preconceitos ideológicos, se não no discurso político militante. Amparados em Marx e Weber, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, por exemplo, já responderam negativamente a esta questão. “A sociologia é uma ciência que pode fazer crítica por si mesma”¹⁷ e esta nada tem a ver com “a crítica tal como se pratica na vida social e nas lutas políticas”¹⁸, exceto quando é corrompida em seu próprio campo (Bourdieu, 1983/2019, p. 351).

Em seu ver, o cientista social, sim, é um destruidor de mitos, faz crítica, mas apenas entre e para os iniciados na ciência. Sequer ele, como insinua Elias (1980), muito menos sendo marxista, como queria Althusser, tem poder de nos tirar da alienação, enquanto sujeitos comuns. A vida social é, por definição, dominada por relações de força, sistemas de crenças e mecanismos de poder, que mantêm as pessoas mais ou menos na ignorância e sob comando de impulsos opacos ao leigo. O papel da ciência social se limita a estudar os seus distintos fenômenos, visando substituir os mitos e as opiniões por teorias testáveis, verificáveis e suscetíveis de correção por meio da pesquisa, sem poder ir além enquanto ciência, sob pena de cair na mistificação (Elias, 1980, pp. 53-75).

Tendo a abordagem externalista feito água por muitos lados (Alexander, 1995, pp. 128-217; Ferry & Renaut, 1988, pp. 183-216; Honneth, 1995, pp. 184-203), entretanto surgiu, como alternativa às sociologias críticas, mas indiretamente também à ciência social crítica marxista, a proposta de desenvolver uma “sociologia pragmática da crítica”, cujo motivo, não o sentido, merece, em nosso ver, atenção, se é para renovar a fundamentação da perspectiva crítica na pesquisa em comunicação de massa.

Para Luc Boltanski (2011, p. 24), com efeito, “retornar às próprias coisas, no caso da crítica, significa adotar como primeiro objetivo observar, descrever e interpretar as situações em que as pessoas se engajam criticamente – isto é, disputas”¹⁹ (cf. Walzer, 1987). A sociologia crítica, referenciando-se no conceito de dominação social, se caracteriza por acusar e desmascarar suas formas, situando-se numa posição de exterioridade, sem, no caso bourdieusiano, admitir transcendência. A crítica ordinária, em vez disso, se origina da atitude emancipatória geralmente adotada pelos sujeitos envolvidos em disputas cotidianas nos mais diversos nichos sociais. A sociologia pragmática

¹⁷No original: “*la sociología es una ciencia que puede ser crítica por sí misma*”.

¹⁸No original: “*la crítica tal como se la practica cotidianamente en la vida social y en las luchas políticas*”.

¹⁹No original: “*to return to things themselves in the case of critique is to make one’s first objective observing, describing and interpreting situations where people engage in critique—that is, disputes*”.

da crítica não pretende pôr esta última entre parênteses para explicar o conflito desde fora, muito menos reduzir seus termos a erro, ilusão, ideologia ou meia-verdade (Boltanski, 2011, p. 50). O cientista social segue proibido de tomar posição diante do seu tópico de pesquisa, mas pode intervir em favor de uma causa, esclarecendo suas circunstâncias e fornecendo-lhe um esquema racionalizado, após pesquisar empiricamente as lutas e disputas que surgem na vida social ordinária.

A tarefa pela qual pode se responsabilizar consiste, pois, em analisar a situação objetiva desde o ponto de vista dos sujeitos, para trazer à luz e, em seguida, reconstruir teoricamente a gramática situacional em que se baseia sua ação cotidiana. “A sociologia pragmática da crítica parte da capacidade crítica dos atores e, inicialmente, almeja usar os meios fornecidos pela sociologia para explicitá-la”²⁰. O segundo passo é “tentar estabelecer suas pressuposições normativas – portanto, metacríticas, a partir da formatação ideal desta crítica ordinária e do senso de justiça ou sentimentos morais que se expressam por seu intermédio”²¹ (Boltanski, 2011, p. 50).

Em nosso ver, Boltanski, como Stahl (2021), complica desnecessariamente o assunto e de certo modo recai formalmente, só que com menos potencial de esclarecimento concreto, na postura bourdieusiana, ao acrescentar este último passo. Parece-nos fantasiosa sua ideia de que os sujeitos sociais, em sua variedade, podem ter interesse ou mesmo precisem deste tipo de conhecimento, altamente exigente e seletivo, e que caracteriza a tendência a entender a ciência social crítica como saber essencialmente teórico (Strydom, 2011) – visando aprofundar sua orientação política e seguir lutando por suas causas. O jornalismo e a intelectualidade orgânica dos movimentos sociais podem fazê-lo com muito mais eficiência e adequação às circunstâncias, apesar de não descartarmos a possibilidade, todavia sempre potencialmente plural, diferida e contraditória, de seus representantes se valerem dos aportes da ciência social.

A criação e a exploração de meios e manifestações publicísticas visando influir na formação da conduta de um ou mais grupos sociais são fato que remonta às origens daqueles processos – jamais foi ignorado – e se impôs com o tempo, ainda que de forma desigual, ao saber virtualmente de todo indivíduo moderno. A pesquisa crítica se desenvolveu, em parte, com a aclimação desse saber no meio acadêmico, até o ponto dela muitas vezes se deixar levar pela sua conversão em senso comum, fórmula explorada estrategicamente pelos diversos sujeitos políticos. O resultado veio a ser a crescente esterilidade de seus trabalhos e intervenções. A crítica pautada pelas teorias que surgiram a respeito, ao menos na pesquisa, terminou falindo, transformou-se numa espécie de escolástica, a tal ponto que, no registro que lhe é próprio, não nos parece haver outro modo

²⁰No original: “*the pragmatic sociology of critique—starts out from actors’ critical capacities and initially aims to use the means supplied by sociology to make them explicit*”.

²¹No original: “*Next it seeks to establish normative positions – consequently, of a metacritical kind – by basing itself on the modelling of these ordinary critiques and the moral sense or sense of justice expressed in them*”.

de conservar a atitude senão subordinando uma e outra, pesquisa e crítica, à nova epistemologia.

Em resumo, significaria para nós que, doravante, as argumentações teóricas generalistas precisam, cada vez mais, ceder lugar às fenomenologias analíticas e contextuais; a pesquisa, relativizar a verdade pretendida pelas primeiras e não poupar mais nada de discussão empírica; a crítica emancipatória em abstrato, abrir espaço para a análise histórica imanente; e o método, em vez de investir no refino teórico, voltar-se ainda mais para a coleta e exame de evidências²². Que a sobrevivência da crítica está metodologicamente ligada a um empirismo analítico e interpretativo em que ela, a crítica, passa a ser agenciada via a contextualização social e histórica de todas as matérias em estudo e, sem poupar a si mesma, a relativização de todas as categorias que permitem determiná-las. Que não há outro ponto de partida para o discernimento crítico do que está em jogo de mais perigoso para nós nos processos de comunicação de massas senão na reportagem etno e/ou historiográfica das reações negativas, da contestação e dos questionamentos que os sujeitos sociais comprovadamente por vezes opõem ao que ganha publicidade e seus autores em contextos historicamente passíveis de investigação²³.

A primeira tarefa do pesquisador engajado na análise crítica das comunicações de massas seria, por isso, identificar os pontos de conflito e as contravérsias sociais, os sujeitos em campo e suas ações recíprocas, suas causas e argumentos, sem tomar partido ou predeterminar significações de acordo com a sua “teoria”. A crítica só interviria após a análise, para, em vez de propor uma condenação do lado pelo qual não tomou partido, ponderar sobre o aprendizado que podemos extrair dos termos e categorias que agenciaram o encontro e os embates daqueles sujeitos, providenciaram sua desgraça e sua salvação à luz do que pretendiam. ■

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (2001). *Epistemología y ciencias sociales*. Cátedra.
- Adorno, T. (2019). *Philosophical elements of a theory of society*. Polity Press. (Trabalho original publicado em 1964)
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1966). *Sociológica*. Taurus.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1999). *I Seminari della Scuola di Francoforte*. Franco Angeli.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (2013). *Le laboratoire de la dialectique de la raison*. Maison des Sciences de L’homme.
- Agger, B. (1992). *Cultural studies as critical theory*. Falmer Press.

²²Deveremos, noutra ocasião, diferenciar esta proposta daquela com que, baseando-se em Paul Ricoeur (1986), Thompson (1995, pp. 355-421) desenvolveu sua metodologia da *hermenêutica profunda*. Fazer convergir as perspectivas de Adorno e Foucault, no marco uma ciência social crítica histórica e interpretativa, baseada em teoria analítica da ação derivada de Max Weber. Entrementes, conferir Cook (2018), Foucault (1985, pp. 73-86, 1982, pp. 37-79), Dean (1995), Dreyfus & Rabinow (1984).

²³Amparando-se em Walzer (1987), Eva Illouz (2003) chega, mais de uma vez, a tangenciar essa perspectiva epistemológica em sua análise do *The Oprah Winfrey Show*. Fica mais ou menos claro, lendo sua obra, por que no estudo da comunicação de massas até a crítica dialética bem conduzida (vide Viana, 2013) se mantém de certo modo “externa”, ao resumir o ponto de vista dos sujeitos numas poucas categorias histórico-sociológicas. Ainda que muito mais primário do que o mencionado entre parênteses do ponto de vista acadêmico, pelo menos aponta em direção mais promissora a abordagem sobre o mesmo tema insinuada no trabalho virtualmente anódino, no tocante aos resultados, de Campanella (2012).

- Agger, B. (1998). *Critical social theories*. Westview.
- Alexander, J. (1995). *Fin de siècle social theory*. Verso.
- Baacke, D. (1973). *Kommunikation und kompetenz*. Juventa.
- Beltrán, L. R. (1985). Premisas, objetos y métodos foráneos em la investigación sobre comunicación en América Latina. In M. Moragas (Org.), *Sociología de la comunicación de masas* (pp. 94-119). Gustavo Gili.
- Benzer, M. (2011). *The sociology of Theodor Adorno*. Cambridge University Press.
- Bisky, L. (1982). *Crítica de la teoría burguesa de la comunicación de masas*. De la Torre.
- Boltanski, L. (2011). *On critique*. Polity.
- Bourdieu, P. (2019). *Curso de sociologia geral* (Vol. 1). Siglo 21. (Trabalho original publicado em 1983)
- Bukharin, N. (1970). *Tratado de materialismo histórico*. Livros do Brasil. (Trabalho original publicado em 1922)
- Callinicos, A. (2006). *The resources of critique*. Verso.
- Campanella, B. (2012). *Os olhos do Grande Irmão*. Sulina.
- Cirucci, A., & Vacker, B. (2018). *Black Mirror and critical media theory*. Lexington.
- Cook, D. (2018). *Adorno, Foucault and the critique of the West*. Verso.
- Daros, O. (2022). *Marxismo cultural e estudos de mídia*. UFPR.
- Dean, M. (1995). *Critical and effective histories*. Routledge.
- DeFleur, M. L., & DeFleur, M. H. (2022). *Mass communication theories*. Routledge.
- De la Haye, Y., & Miège, B. (1978). Les sciences de la communication. *Communication*, 2 (3), 7-23.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (1984). *Michel Foucault, un parcours philosophique au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Gallimard.
- Elias, N. (1980). *Introdução à sociologia*. Edições 70.
- Fay, B. (1987). *Critical social science*. Cornell University Press.
- Ferry, L., & Renaut, A. (1988). *Pensamento* 68. Ensaio.
- Fisher, E. (2009). Review of "Internet and Society". *Journal of Communication*, 59 (4), 13-18.
- Foucault, M. (1985). *Diálogo sobre el poder*. Alianza.
- Foucault, M., & Léonard, J. (1982). *La impossible prisión*. Anagrama.
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of critical media and information studies*. Routledge.
- Fuchs, C. (2022). *Foundations of critical theory II*. Routledge.
- Garnham, N. (1979). Contribution to a political economy of mass-communication. *Media, Culture and Society*, 1, 123-144.

- George, E. (2022). Études en communication et perspectives critiques. In F. Aubin, E. George, & J. Rueff (Orgs.), *Perspectives critiques em communication* (Vol. 2, pp. 385-418). Presses Universitaires.
- Gerbner, G. (1958). On content analysis and critical research in mass communication. *Audio Visual Communication Review*, 6(2), 85-108.
- Gitlin, T. (1978). Media sociology: The dominant paradigm. *Theory and Society*, 6 (2), 205-232.
- Golding, P., Murdock, G. (1978). Theories of communication and theories of society. *Communication Research*, 5 (3), 339-356.
- Golding, P., Murdock, G. (1977). Capitalism, communication and class relations. In J. Curran et al., *Mass communication and society* (pp. 12-43). Arnold.
- Gouldner, A. (1983). *Los dos marxismos*. Alianza.
- Granjon, F. (2015a). Du materialisme como principium d'un agenda de la recherche critique en communication. *Questios de Communication*, 28, 157-190.
- Granjon, F. (2015b). Des fondements materialistes de la critique. *Revue Française des Sciences de l'Information et de la Communication*, 6. <https://doi.org/10.4000/rfsic.1257>
- Granjon, F., & George, E. (Orgs.). (2014). *Critique, sciences sociales et communication*. Marte & Martin.
- Habermas, J. (1975). Conhecimento e interesse. In W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno & J. Habermas, *Textos escolhidos* (Col. Os Pensadores, pp. 291-302). Abril. (Trabalho original publicado em 1965).
- Habermas, J. (1987). *Teoria y práxis*. Tecnos. (Trabalho original publicado em 1963)
- Hardt, H. (1992). *Critical communication studies*. Routledge.
- Harvey, L. (1990). *Critical social research*. Unwin Hyman.
- Holzer, H. (1973). *Sociología de la comunicación*. Akal.
- Honneth, A. (1995). *The fragmented world of the social*. State University of New York.
- Horkheimer, M. (1989). *Notes on institute activities*. In S. Bronner & D. Kellner (Orgs.), *Critical theory and society* (pp. 52-57). Routledge. (Trabalho original publicado em 1941)
- Horkheimer, M. (1990). *Teoria crítica*. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1937)
- Hoy, D., & McCarthy, T. (1994). *Critical theory*. Blackwell.
- Illouz, E. (2003). *Oprah Winfrey and the Glamour of Misery*. Columbia University Press.
- Jenemann, D. (2007). *Adorno in America*. University of Minnesota Press.

- Kellner, D. (1995). *Media culture*. Routledge.
- Kellner, D. (2020). *Media culture* (2a ed.). Routledge.
- Kolakowski, L. (2022). *Principais correntes do marxismo*. Vide.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1989). *Hegemonia e estratégia socialista*. Paz e Terra.
- Lazarsfeld, P. (1941). Remarks on administrative and critical communication research. *Studies in Philosophy and Social Science*, 6(1), 119-139.
- Lemos, A. (2015). A crítica da crítica essencialista da cibercultura. *MATRIZES*, 9(1), 29-51. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p29-51>
- Lent, J. (1995). *A different road taken*. Westview.
- Lent, J. (2014). *Key thinkers in critical communication scholarship*. Palgrave.
- Marcuse, H. (1969). *An essay on liberation*. Beacon Press.
- Marcuse, H. (1970). *Crítica da tolerância pura*. Zahar.
- Marcuse, H. (2001). *Towards a critical theory of society*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1970)
- Martin-Barbero, J. (1978). *Comunicación masiva: discurso y poder*. Ciespal.
- Mattelart, A. (1976). *Critica a la communication research*. In A. Mattelart, M. Piccini & M. Mattelart, *Los medios de comunicacion social* (pp. 11-22). El Cid.
- McAnany, E., Schnitman, J., & Janus, N. (Orgs.). (1981). *Communication and social structure*. Praeger.
- Merquior, J. (1987). *O marxismo ocidental*. Nova Fronteira.
- Mills, W. (1961). *La imaginación sociológica*. FCE.
- Morrow, R. (1994). *Critical theory and methodology*. Sage.
- Murdock, G., Wasco, J. Contested critique – the political career of the political economy. In J. Becker, R. Mansell (Orgs.) (2023), *Reflections on the International Association for Media and Communication Research*. Palgrave.
- Nordenstreng, K. (1968). Communication research in the United States. *Gazette*, 14(3), 207-216.
- Ossandón, C., Salinas, C., & Stange, H. (2019). *La impostura crítica*. Comunicación Social.
- Pietilä, V. (2005). *On the highway of mass communication studies*. Hampton.
- Raetzsch, C. (2016). Is data the new cool? *Networking Knowledge*, 9(5), 1-21.
- Rancière, J. (2012). *El espectador emancipado*. Manantial.
- Ricouer, P. (1986). *Du text à l'action*. Seuil.
- Rüdiger, F. (2007). A comunicação no saber pós-moderno. In J. Ferreira (Org.), *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação* (pp. 25-40). E-papers.
- Rüdiger, F. (2008). Crítica e reflexividade na cibercultura. *MATRIZES*, 1(2), 219-225.

- Rüdiger, F. (2015). Contra o conexionismo abstrato. *MATRIZES*, 9(2), 127-142. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p127-142>
- Rüdiger, F. (2019). *Síntese de história da publicística*. Insular.
- Schiller, D. (1996). *Theorizing communication*. Oxford University Press.
- Serelle, M., & Sena, E. (2019). Crítica e reconhecimento: Lutas identitárias na cultura midiática. *MATRIZES*, 13(1), 149-167. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p149-167>
- Simpson, C. (1994). *Science of coercion*. Oxford University Press.
- Slack, J. D., & Allor, M. (1983). The Political and epistemological constituents of critical communication research. *Journal of Communication*, 33(3), 208-218. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1983.tb02421.x>
- Splichal, S. (1989). Critical theory and empirical critique in mass communication research: Some methodological considerations. *Annals of the International Communication Association*, 12(1), 618-635. <https://doi.org/10.1080/23808985.1989.11678739>
- Splichal, S., & Mance, B. (2018). Paradigm(s) lost? Islands of critical media research in communication journals. *Journal of Communication*, 68(2), 399-414.
- Stahl, T. (2021). *Immanent critique*. Rowman & Littlefield.
- Strydom, P. (2011). *Contemporary critical theory and methodology*. Routledge.
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Vozes.
- Trivinho, E. (2001). *O mal-estar da teoria*. Quartet.
- Viana, S. (2013). *Rituais de sofrimento*. Boitempo.
- Walzer, M. (1987). *Interpretation and social criticism*. Harvard University Press.
- Weber, M. (1970). *Ciência e política: Duas vocações*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1919)
- Weber, M. (1973). *Ensayos sobre metodología sociológica*. Amorrortu.
- Wiggershaus, Rolf (1995). *The Frankfurt School*. MIT Press.

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

